

ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 9 horas, por videoconferência, mediante a utilização da ferramenta Google Meet, realizou-se a **322ª** (tricentésima vigésima segunda) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de junho de 2022, do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, Lote 69, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE/NIRC nº 5350000093-3, CNPJ nº 26.461.699/0001-80. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: **Lúcia Aída Assis de Lima**, Presidente do Conselho, e **João Crescêncio Aragão Marinho**, representantes titulares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e **Paulo Moreira Marques**, representante titular da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO) do Ministério da Economia (ME). E, para prestar esclarecimentos, os Srs.: **Pollyana Mendes Fortaleza Alves Calvo**, Procuradora-Geral da Procuradoria-Geral (Proge); **Laura Longhi Fernandes Machado**, membro e Presidente do Comitê de Auditoria (Coaud); **Marcyso Franco Fortes** e **João Marcello de Menezes**, membros do Coaud; **Paulo Sérgio da Silva**, Sócio de Auditoria da CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES; **Elinaldo José da Rocha**, Superintendente da Superintendência de Contabilidade (Sucon); **Marcelo Henrique Coelho**, Chefe da Auditoria Interna (Audin); e **Daniel Santana Abreu**, Gerente da Gerência de Auditoria (Geaud/Audin). Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta. **1. Conhecimento da Companhia e do Setor. 1.1. Conhecimento bimestral das atividades da Companhia (Follow-up) - 2º bimestre/2022.** De acordo com o Estatuto Social da Conab, compete especificamente ao Diretor-Presidente da Companhia, manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da Conab (art. 78, inciso VIII). Dessa forma, o Conselho Fiscal tomou conhecimento das atividades da Companhia, no 2º bimestre/2022, e destaca: **a)** Alterações do Regimento Interno da Conab: **I)** reestruturação da Diretoria de Política Agrícola e Informações (Dipai); **II)** reestruturação da Superintendência de Administração (Supad); **III)** distribuição da Gestão da Pesquisa de Clima Organizacional entre as Superintendências vinculadas à Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep); **IV)** adequação da nova Estrutura no Regimento Interno para compatibilizar com o Estatuto Social da Companhia; **V)** alteração do Organograma da Conab); **b)** ressalvas na aprovação das Contas 2021: **I)** vida útil dos bens do Ativo Imobilizado: a Auditoria Independente recomendou “... que a administração realize até o encerramento do exercício uma avaliação dos bens edificações com o objetivo de estimar a vida útil real destes itens e adequar as taxas

JAM

Paulo Moreira Marques

A
LAF

de depreciação. Ressaltamos que face a relevância do saldo de edificações, no encerramento do exercício, tal fato poderá impactar em nossa opinião sobre as demonstrações financeiras de 2022.”; **II**) benefícios concedidos aos empregados: foi contratada empresa de consultoria atuarial para os cálculos da obrigação relacionada aos Planos de Benefícios Conab Prev., Conab Saldado e Conab, conforme recomenda o CPC 33 (R1); **c**) status da execução orçamentária: foram solicitados, via Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), R\$ 35,1 milhões de suplementação, sendo R\$ 26,5 milhões para recomposição orçamentária e R\$ 8,6 milhões para atendimento da reforma dos Hortomercados Humaitá e Leblon no Rio de Janeiro, reforma da Unidade Armazenadora Uberlândia/MG e outras despesas urgentes. Houve o indeferimento do pedido de suplementação. O pedido será reapresentado em tempo oportuno. Adicionalmente, registra-se que foi liberado, em junho/2022, por emenda do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Resultado Primário - RP 9), o valor de R\$ 4.250.000,00 para a reforma dos Hortomercados Humaitá e Leblon; **d**) Governança das Estatísticas Agropecuárias: o MAPA disponibilizou recursos limitados ao valor máximo de R\$ 1.164.564,71 para viabilizar a contratação de consultoria especializada, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), para otimização, melhoria e modernização de processos e metodologias com o apoio de profissionais especializados e com o nível de qualificação técnica que possam auxiliar na reciclagem e transferência de conhecimentos à equipe da Conab, com foco na garantia da qualidade da informação gerada e na importância dessa informação para o contexto socioeconômico nacional; **e**) Atividades da Diretoria Executiva (Direx): **I**) Tendo em vista a publicação de Acórdão nos autos da Ação Civil Pública nº 0000131-94.2021.5.10.0014, ocorrida em 6/6/2022, cassando expressamente os efeitos da tutela antecipada deferida na Vara do Trabalho de origem, restabelecendo de imediato a eficácia da Resolução Direx nº 021/2020, a Conab retomou os desligamentos dos empregados aposentados após a Emenda Constitucional nº 103 e daqueles com idade igual ou superior a 75 anos, que estavam aposentados. 41 empregados tiveram seus vínculos contratuais extintos após a decisão judicial, até a presente data; **f**) Execução Compra com Doação Simultânea (CDS)/ Programa Alimenta Brasil: no período de 1/4 a 31/5/2022, foram entregues 2.859 toneladas de alimentos, oriundos de 3.964 agricultores familiares, perfazendo um total de R\$ 7.961.490,26, contemplando 289 municípios. Essa execução refere-se aos projetos contratados em anos anteriores. Para contratação de novos projetos em 2022, a Conab está tramitando a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério da Cidadania, referente a recursos oriundos de emendas parlamentares. **2. Fiscalização dos Atos de Gestão. 2.1. Exame mensal das atas das reuniões da Diretoria Executiva (Direx). 2.1.1. Ata da 1.557ª Reunião Ordinária da Direx, de 14/4/2022.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 3.1 - Voto Presi nº 11/2022 - Aprovação pela Direx do Relatório de Gestão -

JAM

Paulo Roberto Moraes

lat

Exercício de 2021, uma das peças da Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), assim como a sua publicação no *site* da Companhia. O Confis solicita à Conab cópia do Relatório de Gestão – Exercício 2021 para conhecimento. **2.1.2. Ata da 1.558ª Reunião Ordinária da Direx, de 19/4/2022.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **2.2. Exame mensal das atas das reuniões do Conselho de Administração (Consad). 2.2.1. Ata da 4ª Reunião Ordinária do Consad, de 28/4/2022.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 6.2. Direx/Presi - DET Nº 14 - Resposta ao Ofício Coest nº 38/2022 - Manifestações da Proge e Sucor referentes às Resoluções Direx nºs 11, 12 e 13/2022. O Consad considerou a determinação atendida. O Conselheiro Newton Araújo Silva Júnior manifestou discordância dos pareceres da Suorg, Sucor e Proge, entendendo que a implementação das referidas Resoluções Direx deveriam ter sido precedidas de apreciação e deliberação do Consad, e por essa razão registra seu posicionamento contrário à determinação atendida. Não obstante, considera a matéria pacificada e que a apresentação da reestruturação ao Consad teria o condão de alinhamento e possíveis sugestões e apoio. **2.3. Conhecimento mensal das atas das reuniões do Comitê de Auditoria (Coaud).** O Confis registra que não foram entregues atas do Coaud ao Conselho Fiscal para conhecimento. **3. Desempenho Econômico-financeiro. 3.1. Análise mensal e trimestral dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial - BP; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; Demonstração do Valor Adicionado - DVA; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE sintética e analítica; e Demonstração do Resultado Abrangente).** **3.1.1. Abril/2022 (OFÍCIO INTERNO DIAFI SEI Nº 27/2022 - SEI nº 21757992, de 20/5/2022; OFÍCIO INTERNO DIAFI SEI N.º 31/2022 - SEI nº 21961668, de 1º/6/2022; e DESPACHO DIREX SEI 22100258 – Processo SEI 21200.001360/2022-66).** O Conselho Fiscal registra que os mencionados Demonstrativos Contábeis englobam tanto as atividades próprias, quanto as operações governamentais. Entretanto, essas últimas não impactam o resultado. **3.1.1.1. Balanço Patrimonial (BP).** Segundo a Superintendência de Contabilidade (Sucon), no mês de abril/2022, as principais variações observadas, em relação ao mês anterior são: o **Ativo Circulante** reduziu em 476,79% (R\$ 534.011.405,51), em decorrência das variações mais relevantes, a seguir: o grupo Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 137,96% (R\$ 49.783.123,71), com destaque a redução de 134,11% (R\$ 49.152.624,43) na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, em razão dos pagamentos da Folha de Pagamento, encargos patronais, benefícios e contribuições, do mês de abril/2022, pagamentos de impostos e contribuições e pagamentos a fornecedores; o grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo apresentou redução de 5.213,85% (R\$ 406.556.781,25), influenciada pelas seguintes variações: subgrupo Adiantamentos Concedidos, redução de 29,12% (R\$ 279.475,24), em decorrência da diminuição dos adiantamentos a

JAM

Paulo Roberto Moraes

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

peçoal (13º salário); subgrupo Tributos a Recuperar/Compensar, aumento de 6.568,65% (R\$ 5.410.374,79), com destaque os aumentos de R\$ 1.625.141,96 na conta ICMS a Recuperar/Compensar (aquisições de produtos) e de R\$ 4.343.065,76 na conta IR e CSLL a Recuperar/Compensar (apropriações sobre o Lucro Líquido do mês de março/2022); e subgrupo Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que teve redução de 5.948,91% (R\$ 411.687.680,80), influenciada pela variação nas contas: Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, que teve redução de 2.133,54% (R\$ 422.436.584,91), motivada pelo registro de baixa, em decorrência da comprovação/aprovação do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2016-SIAFI nº 686267, pelo Órgão Concedente; Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis/Imóveis, redução de 114,31% (R\$ 6.881.706,75), em razão dos registros das alienações dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste/MS, ocorridas no mês anterior; Créditos Parcelados, redução de 404,22% (R\$ 226.764,42), em razão dos registros de baixas, realizados no mês anterior, referentes aos recebimentos de créditos; Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidores e Ex-servidores, aumento de 232,33% (R\$ 1.052.871,18), referente à utilização do Serviço de Assistência à Saúde (SAS); e Recursos da União, aumento de 88,93% (R\$ 17.073.054,78), em decorrência dos registros de baixas, realizados no mês anterior, referentes aos recebimentos dos processos judiciais (Armazenador Giacomelli, R\$ 1.745.557,43 - Sureg/MT; e Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem Votuporanga, R\$ 2.599.857,67 - Sureg/SP), e Equalização de Preços (R\$ 7.548.554,16 de recebimentos, no mês anterior, referentes à Equalização de Preços da PGPM e Mercado de Opções, do mês de fevereiro/2022, e registros no mês abril/2022, R\$ 5.252.125,90 – PGPM). O grupo Estoques reduziu em 114,51% (R\$ 77.474.832,33), com destaque a redução de 114,67% (R\$ 83.925.930,65) na conta Mercadorias para Revenda, em razão das aquisições de milho, ocorridas no mês anterior, e o aumento de 1.009,76% (R\$ 2.937.534,98) na conta Materiais em Trânsito, em razão das remoções de produtos. O **Ativo Não Circulante** reduziu em 53,64% (R\$ 15.995.382,20), com destaque a redução de 52,74% (R\$ 16.100.982,54) no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, motivada pela redução no subgrupo Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo de 53,20% (R\$ 16.200.366,11), em consequência das reduções nas contas mais relevantes a seguir: Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, 33,62% (R\$ 7.156.394,75), em razão das baixas dos ajustes das provisões para indenizações trabalhistas; Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis/Imóveis, 100,00% (R\$ 8.076.075,75), em razão dos registros de alienações dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste/MS, ocorridos no mês anterior; e Créditos Parcelados, 94,55% (R\$ 1.071.815,92), em razão dos registros de acordos de dívidas, no mês anterior. O Imobilizado apresentou variação positiva de 27,08% (R\$ 209.731,36), motivada pela aumento no subgrupo Bens Imóveis de 41,75% (R\$ 285.357,01), resultante dos registros de baixas dos imóveis alienados de Sidrolândia e São

JAM

Paulo Roberto Junqueira

lat

Gabriel D'Oeste/MS. O Intangível apresentou variação negativa de 153,43% (R\$ 103.660,54), tendo em vista a aquisição de licença de uso do Sistema de Informações Geográficas (TRANSCAD 9), registrada na conta Softwares, no mês anterior. O **Passivo Circulante** reduziu 509,61% (R\$ 519.625.406,22), em consequência das variações mais relevantes a seguir: o grupo Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar – CP teve aumento de 63,26% (R\$ 2.458.333,51), com destaque os aumentos nos subgrupos: Pessoal a Pagar, 51,02% (R\$ 1.283.490,71) e Encargos Sociais a Pagar, 108,57% (R\$ 1.358.203,64), em razão dos registros de provisões de 13º Salário, férias e encargos sociais; o grupo Operações Especiais diminuiu em 84,10% (R\$ 40.446.489,18), em razão dos recebimentos de transferências de recursos financeiros, repassados pelo Tesouro Nacional, para aquisição de produtos, no mês anterior; o grupo Obrigações em Circulação reduziu 963,53% (R\$ 481.637.250,55), em razão das variações mais relevantes nas contas a seguir: Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, aumento de 93,02% (R\$ 34.041.051,19), em decorrência dos pagamentos de aquisições de produtos e serviços, realizados no mês anterior; Entidades Credoras, redução de 200,00% (R\$ 1.232.181,56), em face do diferimento da receita, no total de R\$ 616.090,78 (recebimento de processo de armazenagem), no mês de março/2022, que foi ajustada na conta Equalização de Preços, no mês de abril/2022; Transferências Financeiras a Comprovar – TEDs, redução de 532,97% (R\$ 516.100.077,23), com destaque para a baixa do TED nº 001/2016 - SIAFI nº 686267, no valor de R\$ 420.998.046,29, pela aprovação do Órgão Concedente, considerando, ainda, os repasses financeiros recebidos, no mês anterior, para execução dos TEDs nºs 001, 003 e 008/2021, no total de R\$ 96.833.921,54. O **Passivo Não Circulante** reduziu em 26,61% (R\$ 5.123.723,37), influenciado pelos registros, no mês anterior, de R\$ 8.478.069,87 no subgrupo Provisões a Longo Prazo, referentes aos ajustes de contingências passivas, com destaque o ajuste na conta Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo, no valor de R\$ 8.978.292,14. O **Patrimônio Líquido** reduziu 122,58% (R\$ 25.257.658,12), em razão do Resultado do Período do mês anterior ter sido superavitário em R\$ 20.604.227,93 e do mês de abril/2022, deficitário em R\$ 4.653.430,19, o que fez reduzir o Resultado Acumulado do Período, até o mês de abril/2022, ao montante de R\$ 46.649.154,13. **Solicitação do Confis:** o Confis solicita à Conab informar qual é o órgão concedente do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2016-SIAFI nº 686267. **3.1.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).** Segundo a Sucon, as principais variações da DRE, comparada ao mês de março/2022, foram: redução de 12,23% (R\$ 1.065.522,43) na Receita Operacional Líquida, influenciada pela redução nas Receitas de Vendas de Mercadorias em 4,51% (R\$ 227.275,34), com destaque a redução de 11,33% (R\$ 178.054,38) nas Vendas dos Estoques Reguladores – PGPM e a redução de 2,99% (R\$ 121.110,50) na Receita de Serviços (armazenagens), considerando, ainda, o aumento de 192,34% (R\$ 717.136,59) no

JAM

Paulo Roberto Moraes

lat

subgrupo Deduções das Receitas de Vendas e Serviços, motivado pelos aumentos nas contas de ICMS, em 3.142,54% (R\$ 677.432,78), e ISS, em 1.549,41% (R\$ 668.962,62), e pela redução de 268,11% (R\$ 678.742,97) na conta COFINS. O Custo Líquido das Vendas e Serviços diminuiu em 18,03% (R\$ 904.708,12), em função da redução nas vendas e do aumento na Equalização de Preços em 31,70% (R\$ 1.771.567,38), resultando na redução de 4,35% (R\$ 160.814,31) no Lucro Bruto Operacional. As Receitas Operacionais Diversas diminuíram 33,18% (R\$ 2.316.236,02), em decorrência das reduções nos subgrupos a seguir: Receitas Diversas, 32,23% (R\$ 2.034.458,10), em função da redução na conta Outros Ganhos com Incorporações de Ativos, em razão da redução dos registros de acordos de dívidas; Indenizações e Restituições, 31,01% (R\$ 123.914,01), em função da redução de ressarcimentos de despesas de exercícios anteriores; Multas e Juros de Mora, 58,80% (R\$ 157.468,01), em função da redução nos recebimentos de multas, por quebras de contratos. Outros Resultados reduziram em 100,01% (R\$ 14.526.485,88), com destaque para a redução de 100,00% (R\$ 14.525.157,60) na conta Alienação de Bens Imóveis, em razão da alienação dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste/MS, no mês anterior. O Resultado Financeiro reduziu em 75,12% (R\$ 420.704,05), em razão da redução dos recebimentos de receitas financeiras (juros e encargos de mora e atualizações monetárias positivas de depósitos recursais). As Subvenções do Tesouro Nacional reduziram em 16,62% (R\$ 16.357.891,46), em decorrência dos recebimentos de repasses financeiros, no mês anterior, para pagamentos de sentenças judiciais nas Suregs/CE/GO/RS/PI e Matriz. As Despesas Operacionais reduziram 8,23% (R\$ 8.524.473,60) com destaque para as reduções nas contas: Sentenças Judiciais, 84,54% (R\$ 13.566.819,71), em razão dos pagamento de sentenças trabalhistas, no mês anterior; e Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, 7,07% (R\$ 763.526,64), em decorrência do aumento dos valores descontados na Folha de Pagamento, referente ao Serviço de Assistência à Saúde (SAS), registrados na conta Desincorporação de Ativos, que fez reduzir o total do subgrupo. As Despesas Comerciais e Administrativas aumentaram 55,05% (R\$ 5.240.694,16), em razão das variações mais relevantes nos subgrupos a seguir: Serviços Técnicos Profissionais – Pessoa Jurídica aumentaram 69,58% (R\$ 5.877.905,54), com destaque para o aumento nos serviços de assistência médica (R\$ 1.567.600,35) e nas despesas de manutenção, limpeza e outras (R\$ 4.431.748,53); Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias aumentaram 117,67% (R\$ 501.480,83), referente às despesas de IPTU e ICMS; e Outras Despesas Operacionais reduziram 44,41% (R\$ 432.611,26), com destaque para o registro nas contas Reversão de Provisão (Precatórios), no valor de R\$ 2.032.575,13, realizado no mês anterior, e Ganhos com Desincorporações de Passivos, no valor de R\$ 1.792.574,38, no mês de abril/2022. O Resultado Líquido do mês de abril/2022 foi deficitário em R\$ 4.653.430,19, enquanto que o Resultado Líquido do mês de Março/2022 foi superavitário em R\$ 20.604.227,93, que, ao

JAM

Paulo Roberto Moraes






Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

compará-los, encontra-se a variação negativa de 122,58% (R\$ 25.257.658,12). O Resultado Líquido negativo em R\$ 4.653.430,19, apresentado no mês de abril/2022, foi influenciado pela redução do Lucro Bruto Operacional, pelos aumentos nos subgrupos Despesas de Pessoal (provisões do 13º Salário, férias e encargos) e Despesas Comerciais/Administrativas (despesas de ICMS e IPTU, serviços médicos, limpeza, vigilância e outras); e pelas reduções nos subgrupos Receitas Operacionais Diversas e Outros Resultados. **3.1.1.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA CONFORMIDADE Nº 9, de 13/6/2022 (OFÍCIO INTERNO AUDIN SEI Nº 34/2022 - SEI nº 22199884, de 14/6/2022 – Processo SEI 21200.003410/2022-40).** Após exame do referido Relatório, o Confis destaca as recomendações referentes ao Imobilizado encaminhadas à Sureg/RJ, junto às áreas competentes e envolvidas, para regularização da situação dos imóveis na condição de “Sem documentação” e “Em outra situação”, e, junto à Supad (Sureg/RJ), regularizar as informações entre os Sistemas Siafi, SIGI e RIOPRO, de maneira que fiquem em conformidade. O Confis ressalta a gravidade da situação atual do registro dos imóveis vinculados à Sureg/RJ e reforça à Conab o pedido de providência à regularização da situação com a maior celeridade possível, diante dos riscos envolvidos ao erário público e à Companhia. **3.1.2. 1º trimestre/2022 (OFÍCIO INTERNO DIAFI SEI Nº 26/2022 - SEI nº 21666060, de 16/5/2022; OFÍCIO INTERNO DIAFI SEI N.º 28/2022 - SEI nº 21787257, de 23/5/2022; e DESPACHO DIREX SEI 22159114 – Processo SEI 21200.002740/2022-18).** **3.1.2.1. Balanço Patrimonial (BP).** Segundo a Superintendência de Contabilidade (Sucon), as principais variações observadas no 1º trimestre/2022 em relação ao 1º trimestre/2021 são: o **Ativo Circulante** reduziu 0,72% (R\$ 15.793 mil), em decorrência das principais variações a seguir: aumento nas seguintes contas do subgrupo Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo (item 6.3 das Notas Explicativas): Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis/Imóveis, 293,40% (R\$ 6.153, mil), em razão da alienação dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D’Oeste/MS; Crédito a Receber de Acertos Financeiros com Servidores e Ex-servidores, 29,32% (R\$ 10.176 mil), em razão da utilização do Serviço de Assistência à Saúde (SAS); e Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, 32,63% (R\$ 214.078 mil), com destaque para a execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) da Agricultura Familiar; e redução nas seguintes contas do grupo Estoque (item 7 das Notas Explicativas): Mercadorias para Revenda, 6,18% (R\$ 17.290 mil), em razão da redução nas vendas de produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); e Compra Antecipada - Entrega Futura, 67,15% (R\$ 204.458 mil), em razão das saídas de produtos da agricultura familiar para doações. O **Ativo Não Circulante** aumentou 2,06% (R\$ 29.980 mil), em decorrência das principais variações a seguir (item 6.4 das Notas Explicativas): redução de 7,44% (R\$ 3.743 mil) na conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados do subgrupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, com destaque a baixa do processo da APS, no valor de R\$ 3.225 mil, classificado como ativo

FCAM

Paulo Roberto Moraes

lap

contingente (CPC 25, itens 31 a 35); e variações nas seguintes contas do subgrupo Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: aumento de 6,65% (R\$ 79.224 mil) na conta Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/ União, em razão dos registros das atualizações do Contrato de Saldamento do Cibrius e ajustes das provisões - passivo contingente; redução de 64,07% (R\$ 40.713 mil) na conta Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, em razão das baixas de parcelas transferidas para o curto prazo, das baixas de ativos contingentes (CPC 25, itens 31 a 35), da baixa do Museu do Índio, na Sureg/RJ, e dos registros das alienações dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste (R\$ 8.076 mil); e aumento na conta Créditos Parcelados, 34,88% (R\$ 3.939 mil), em razão dos registros de acordos de dívidas de clientes. O **Passivo Circulante** reduziu 3,98% (R\$ 84.781 mil), em decorrência das principais variações a seguir: redução de 6,12% (R\$ 4.907 mil) na conta Pessoal a Pagar (item 9.1 das Notas Explicativas), em razão da redução nas apropriações mensais por competência, como férias e 13º salário; redução de 24,21% (R\$ 9.743 mil) na conta Encargos Sociais a Pagar (item 9.1 das Notas Explicativas), em razão da redução de obrigações a pagar no mês subsequente; redução de 13,92% (R\$ 101.623 mil) na conta Operações Especiais (item 9.2 das Notas Explicativas), em razão da redução dos repasses financeiros recebidos para aquisição de produtos em decorrência dos recebimentos de equalização de preços e pelas transferências de recursos ao Tesouro Nacional (vendas de produtos); redução de 36,95% (R\$ 4.557 mil) na conta Depósitos e Cauções Recebidos (item 9.7 das Notas Explicativas), em razão da devolução de valores; aumento de 9,55 % (R\$ 5.636 mil) na conta Entidades Privadas (item 9.8 das Notas Explicativas), em razão da atualização das parcelas a pagar, a partir do 1º trimestre/2022; e aumento de 7,12% (R\$ 70.270 mil) na conta Transferências Financeiras a Comprovar (item 9.9 das Notas Explicativas), em razão dos recebimentos de repasses financeiros para execução de TEDs. O **Passivo Não Circulante** aumentou 6,62% (R\$ 79.061 mil), em decorrência das principais variações a seguir: aumento de 2,59% (R\$ 6.563 mil) na conta Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo (item 10.1 das Notas Explicativas), em razão de ajustes de contingências passivas; aumento de 444,97% (R\$ 24.607 mil) na conta Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo (item 10.2 das Notas Explicativas), em razão dos ajustes referentes aos débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); redução de 19,09% (R\$ 10.209 mil) na conta Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo (item 10.3 das Notas Explicativas), em razão de ajustes de contingências passivas; aumento em 100% (R\$ 2.033 mil) na conta Precatórios de Terceiros (item 11 das Notas Explicativas), em razão do valor registrado pelo TRF 5 em dezembro/2021; e aumento de 6,39% (R\$ 56.207 mil) na conta Entidades Privadas de Previdência (item 11 das Notas Explicativas), em razão das atualizações monetárias do saldo do Contrato de Saldamento da Dívida junto ao Cibrius. O **Patrimônio Líquido** aumentou 5,96% (R\$ 19.908 mil). No 1º trimestre de 2022, a

FAM

Paulo Roberto Moraes

lat

Companhia apurou lucro de R\$ 59.314 mil, enquanto que, no 1º trimestre de 2021, o lucro foi de R\$ 12.432 mil. Esses representam os Resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). As operações das atividades governamentais são contabilizadas em Unidades Gestoras e subórgãos próprios e não geram resultado. **Solicitação do Conselho Fiscal:** o Confis solicita à Conab que o Balanço Patrimonial (BP) do trimestre seja apresentado comparado ao trimestre do ano anterior e com a variação percentual.

3.1.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). As Receitas de Vendas e Serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais no 1º trimestre de 2022 e de 2021, foram de R\$ 28.595 mil e R\$ 48.856 mil, respectivamente. Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab e fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias. Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, cooperativas e associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral, as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões. A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia. Quanto às Deduções das Receitas de Vendas e Serviços, estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Financeiros Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviços de armazenagem. Os totais no 1º trimestre de 2022 e de 2021 foram de R\$ 1.563 mil e R\$ 540 mil, respectivamente. No 1º trimestre/2022, o total da Equalização de Preços das vendas alcançou o montante de R\$ 25.690 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações do Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM). No mesmo período do ano de 2021, o valor da Equalização totalizou R\$ 13.448 mil. A variação foi decorrente do aumento das vendas no 1º trimestre de 2022. No trimestre sob análise, o Lucro Bruto apresentou o saldo de R\$ 9.433 mil (R\$ 6.285 mil, no 1º trimestre/2021), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas (CMV), mais a Equalização de Preços. As Despesas Operacionais, no total de R\$ 290.814 mil, até 31 de março de 2022 (R\$ 286.220 mil

JAM

Paulo Roberto Moraes

lat

até 31 de março de 2021), compreendem as despesas de pessoal e as comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia. Já as Receitas Operacionais Diversas, no total de R\$ 22.685 mil, até 31 de março de 2022 (R\$ 28.510 mil, até 31 de março de 2021), representam os recebimentos de Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Receitas de Valores Mobiliários e Receitas Diversas. Outros Resultados, no total de R\$ 13.813 mil, até 31 de março de 2022, representam o valor recebido na alienação de bens imóveis no Estado do Mato Grosso do Sul e a baixa de bens móveis e imóveis cedidos à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sureg/RO). Quanto à desincorporação no valor de R\$ 1.118 mil, até 31 de março de 2021, refere-se ao ganho obtido no resgate de Notas do Tesouro Nacional (NTN-P), sob a guarda do Banco do Brasil S/A. O Resultado Financeiro de R\$ 901 mil, em 31 de março de 2022 (R\$ 417 mil, em 31 de março de 2021), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualização monetária. As Subvenções do Tesouro Nacional, no total de R\$ 303.296 mil, até 31 de março de 2022 (R\$ 262.322 mil, até 31 de março de 2021), representam as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal. O Resultado superavitário de R\$ 59.314 mil no 1º trimestre/2022, aumento de 377,11% (R\$ 46.882 mil) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, foi influenciado pelos repasses financeiros realizados pelo Tesouro Nacional, no mês de janeiro/2022, para pagamentos de Restos a Pagar (R\$ 16.752 mil), alienação dos imóveis de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste/MS (R\$ 13.812 mil), reversão da provisão lançada em dezembro/2021 pelo TRF 5ª Região/PE, referente a Precatórios de Terceiros (R\$ 2.032 mil), Lucro Bruto (Prestação de Serviços aumento no 1º trim/2022, R\$ 3.149 mil), ajustes de provisões de férias (R\$ 10.054 mil) e registros de acordos de dívidas (multas pelo atraso na entrega de produtos), na Sureg/MG (R\$ 923 mil) e na Matriz (R\$ 145 mil). **Solicitação do Conselho Fiscal:** o Confis solicita à Conab que a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do trimestre seja apresentada, além da comparação com a do mesmo trimestre do ano anterior, com a variação percentual. **3.1.2.3. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros - 1º trimestre/2022 e 1º trimestre/2021.** Em que pese a apresentação efetuada pelo Superintendente de Contabilidade sobre o assunto, o Confis solicita à Conab que nas Demonstrações Contábeis trimestrais conste análise comparativa dos indicadores econômico-financeiros do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. **4. Estruturas de Controle. 4.1. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pela Auditoria Interna (Audin) - 1º trimestre/2022 - RELATÓRIO DE AUDITORIA CONFORMIDADE N° 7, de 24/5/2022 (OFÍCIO INTERNO AUDIN SEI N.º 27/2022 – SEI n° 21825788, de 24/5/2022 – Processo SEI n° 21200.002923/2022-33).** O Confis tomou conhecimento do referido Relatório e nada destacou. **4.2. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios**

JCAM

Paulo Roberto Moraes

Lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

emitidos pelos Auditores Independentes (CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES) - 1º trimestre/2022. **4.2.1. Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais) nº 1-05/22 (SEI nº 21785335 - Processo SEI 21200.002740/2022-18).** Após exame do referido Relatório, o Confis destaca a ressalva dos auditores independentes quanto à necessidade de uma avaliação das obrigações relacionadas aos planos de benefícios Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, conforme recomenda o CPC 33 (R1) que viabilize uma análise da adequação da mensuração da obrigação atuarial, bem como estimar os impactos sobre os saldos do passivo, patrimônio líquido e resultado em 31 de março de 2022. **4.2.2. RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Nº1-05/22.** Após exame do referido Relatório, o Confis destaca as seguintes recomendações da auditoria independente: **a)** recomendação para que a administração realize, até o encerramento do exercício, uma avaliação dos bens edificações, com o objetivo de estimar a vida útil real desses itens e adequar as taxas de depreciação. Face à relevância do saldo de edificações, no encerramento do exercício, tal fato poderá impactar a opinião da consultoria independente sobre as demonstrações financeiras de 2022; **b)** recomendação para que a administração providencie os extratos bancários de todos os depósitos judiciais e recursais e realize a devida conciliação com os saldos contábeis. É necessário também que a atualização dos depósitos seja registrada, bem como eventuais divergências entre a contabilidade e os extratos sejam analisadas e sanadas; **c)** quanto às divergências nas informações referentes aos processos judiciais, recomendação para uma revisão de todos os processos em relação aos valores informados em cada caso e uma análise das diferenças identificadas entre o controle interno disponibilizado pela Proge e os saldos contábeis; **d)** recomendação para a Conab obter um parecer jurídico de especialista tributário sobre a efetiva necessidade de tributação do PIS e Cofins sobre parte da Conta “Outros Ganhos com Incorporação de Ativo” (recursos da União para obrigações junto ao Cibrius), em virtude da peculiaridade da transação; **e)** Registrar contabilmente a despesa de IRPJ/CSLL do 1º trimestre/2022, uma vez que a Demonstração do Resultado do Exercício da Conab referente ao 1º trimestre/2022 está indevidamente apresentando um resultado de R\$ 59.314 mil. O impacto seria uma redução do resultado, no montante de R\$ 13.885 mil. Nesse contexto, o Confis solicita à Conab uma avaliação e um plano de saneamento das recomendações apresentadas pela auditoria independente. **4.3. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pelo Comitê de Auditoria (Coaud) - NOTA TÉCNICA COAUD N.º 61/2022 - Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras preparadas para o 1º trimestre de 2022.** Da referida Nota Técnica, o Confis destaca: o Comitê de Auditoria (Coaud) realizou análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente,

JAM

Paulo Roberto Moraes

lat

relativo ao 1º trimestre de 2022. Como resultado, identificou 1 ressalva (Falta de Laudo Atuarial - Benefícios Concedidos aos Empregados), que impacta de forma material as demonstrações financeiras. O Coaud comenta que essa ressalva já vem sendo relatada desde o relatório de auditoria de revisões trimestrais do 1º, 2º e 3º trimestres de 2021, bem como no relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo assim, entende que a Companhia tinha tempo hábil para regularizar tal pendência no exercício de 2021, assim como antes da finalização do 1º trimestre de 2022. Levando em consideração esses pontos, bem como a emissão de relatório com **“conclusão opinião com ressalva”** pela auditoria independente referente à revisão das demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2022, o Comitê *“... com exceção dos assuntos descritos no item 1.2.1 e listados nessa conclusão, não teve conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.”*. Por fim, o Coaud recomenda que os seguintes pontos sejam avaliados, pois caso não regularizados nos trimestre subsequentes podem ser incluídos como ressalva no relatório de auditoria independente do exercício a findar em 31 de dezembro de 2022: **1.** Revisão da Taxa de Vida Útil - Edificações; **2.** Divergência Saldo de Estoques; **3.** Conciliação com Extratos Bancários - Depósitos Judiciais; **4.** Divergências nas Informações referentes aos Passivos Judiciais; **5.** PIS e Cofins sobre parte da Conta Outros Ganhos com Incorporação de Ativo; e **6.** Falta de Registro Contábil da Despesa de IRPJ/CSLL do 1º trimestre/2022.

4.4. Reunião trimestral com a Auditoria Independente e com o Comitê de Auditoria (Coaud) – 1º trimestre/2022. O Confis registra que a reunião com a CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES e o Coaud foi realizada, nesta data, conforme previsto.

4.5. Acompanhamento trimestral da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT) e do atendimento às suas recomendações – 1º trimestre/2022 - NOTA TÉCNICA AUDIN/GEAUD N.º 8/2022 – SEI nº 20751838 - (DESPACHO AUDIN - SEI nº 20930778 – Processo SEI 21200.001583/2022-23). Da referida Nota Técnica, o Confis destaca: estão previstas 26 ações de auditoria de conformidade, no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (Paint), exercício 2022. Encerrou-se o 1º trimestre de 2022 com 31% das ações iniciadas, com 3 Relatórios de Auditoria Ordinária homologados. Dos relatórios homologados, foram exaradas recomendações predominantemente dos seguintes temas: **a)** contábil e financeiro: necessidade de enquadrar-se nos itens 31 a 35 do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; **b)** regularização de registros contábeis conforme orientação técnica; e **c)** regularização de saldo devedor. Além dos trabalhos ordinários, Audin produziu o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (Raint) 2021, de 9/3/2022 e 3 notas técnicas, a saber: **1)** Nota Técnica Audin/Gedop nº 6/2022, de 10/1/2022, a qual trata de Acompanhamento das Recomendações dos Relatórios da Controladoria-Geral da

FCAM

Paulo Roberto Farias

lat

União (CGU) referente ao 2º semestre/2021; **2)** Nota Técnica Audin/Gedop nº 7/2022, de 14/1/2022, a qual trata de Acompanhamento de Ofícios/Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 2º semestre/2021; e **3)** Nota Técnica Audin SIAUDI nº 3/2022, de 8/2/2022, que trata do Plano de Negócios da Auditoria Interna 2022-2025. Quanto às recomendações, comparando-se o 4º trimestre/2021 e o 1º trimestre/2022, há 111 não solucionadas ou pendentes. Dessas recomendações, 63 foram exaradas no decorrer do trimestre sob análise. Existem 11 recomendações de “gravidade alta”, sendo que 10 estão com o prazo mencionado pela norma, superado, e 1 com vencimento em 6/4/2022. O Confis solicita à Conab a adoção de providências urgentes junto às áreas auditadas, no sentido de atender às recomendações pendentes, em especial as 11 recomendações de gravidade alta e registra que tomará conhecimento dos atendimentos mediante o Relatório Trimestral de Acompanhamento das Atividades da Auditoria Interna. **4.6. Reunião mensal com a Auditoria Interna (Audin).** O Confis registra que a reunião foi realizada, nesta data, conforme previsto. **5. Gestão de Risco Corporativo. 5.1. Análise anual do parecer da Auditoria Independente sobre as demonstrações financeiras de encerramento de exercício do fundo de pensão (CARTA/CIBRIUS/PRESI/Nº 56/2022 - SEI nº 22193786, de 28/4/2022; e DESPACHO PRESI - SEI nº 22201030 – Processo SEI nº 21200.001990/2021-50).**

5.1.1. Demonstrações Contábeis do Exercício 2021 do Cibrius. O Confis tomou conhecimento da documentação e deliberou por solicitar à Conab manifestação da Auditoria Interna (Audin) acerca das Demonstrações Contábeis do Exercício 2021 do Cibrius. **5.1.2. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, de 22/3/2022, da MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES S/S.** Após análise do referido Relatório, o Confis destaca que a Auditoria Independente, MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES S/S examinou as demonstrações contábeis do Cibrius – Instituto de Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo Cibrius) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, manifestando-se nos seguintes termos: *“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Cibrius – Instituto de Previdência Complementar, e por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho*



JAM

Paulo Roberto Moraes



lat

Nacional de Previdência Complementar (CNPC).” **6. Outras Atividades. 6.1. Acompanhamento mensal do atendimento às demandas do Conselho Fiscal. 6.1.1. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 120/2021 (SEI nº 15168734), de 13/5/2021 – Processo SEI 21200.002621/2021-84:** resposta ao item 1.2., alínea “b”, da Ata da 308ª Reunião Ordinária do Confis, de 30/4/2021. O Confis solicitou à Conab promover algumas alterações no Estatuto Social da Conab, no que diz respeito ao Conselho Fiscal. A Superintendência de Estratégia e Organização (Suorg), mediante o DESPACHO SUORG (SEI nº 21940330), informou que já constam na proposta de alteração do Estatuto Social - 10.102 em andamento. O Confis solicita à Conab informar ao Colegiado quando as alterações solicitadas forem efetivadas. **6.1.2. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 53/2022 (SEI nº 21370006), de 4/5/2021 – Processo SEI 21200.000975/2022-75:** resposta ao item 7.1.7. da Ata da 319ª Reunião Ordinária do Confis, de 25/3/2022. O Confis solicitou à Conab a definição de critérios técnicos para a abertura de Unidades Satélites de Vendas (USV), no caso das operações que ocorram em armazéns de terceiros, e a sua inclusão nos normativos da Companhia. O DESPACHO DIREX informa que a Supab/Gerência de Programas de Abastecimento (Gepab), área gestora do ProVB e responsável pela análise de abertura das Unidades Satélites de Vendas, prontificou-se a elaborar, em conjunto com a Suarm, um manual de procedimentos, estabelecendo os critérios técnicos para a abertura de USV. O Confis solicita à Conab a elaboração do Manual e o encaminhamento ao Colegiado para conhecimento. **6.1.3. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 28/2022 (SEI nº 20467702), de 7/3/2022 – Processo SEI 21200.000526/2022-27:** resposta ao item 8.2. da Ata da 318ª Reunião Ordinária do Confis, de 11/2/2022. O Confis tomou conhecimento da resposta na sua 321ª Reunião Ordinária, realizada em 27/5/2022, e solicitou a presença da Procuradora-Geral, nesta reunião, para prestar esclarecimentos. O Confis reitera o pedido feito à Conab de parecer jurídico com relação às designações de empregados em desacordo com o art. 177, § 1º, do Regimento Interno da Conab. **6.2. OFÍCIO INTERNO CONSAD/OUVIR SEI N.º 190/2022 (SEI nº 22277422), de 20/6/2022 - Processo SEI 21200.003495/2022-66.** A Ouvidoria da Conab, por meio do referido Ofício, encaminha à Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), com vistas ao Conselho Fiscal (Confis) denúncia anônima recebida no Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação sob o NUP nº 21213.000235/2022-90, e solicita responder à manifestação de forma conclusiva em até 15 dias, contados a partir da data do Ofício. O Confis tomou conhecimento do referido Ofício, no dia 21/6/2022, mediante a sua disponibilização pela Coest no ConabCloud, com vistas a esta Reunião. Em que pese a denúncia estar dirigida ao Conselho Fiscal, o Confis solicitou à Coest, consoante E-mail de 22/6/2022, informar à Ouvidoria que a denúncia em questão deve ser encaminhada à Conab para conhecimento, providências e, se for o caso, apuração de responsabilidade. O Confis registra que não compete ao Conselho

JAM *Zulei Farias Vargas* 


Fiscal responder a denúncias. Portanto, cabe à Companhia responder à manifestação de forma conclusiva no prazo fixado pela Ouvidoria. Sem prejuízo desse encaminhamento, o Confis solicita à Conab encaminhar ao Conselho Fiscal as informações solicitadas na denúncia, a manifestação sobre o seu objeto e, no caso da veracidade da denúncia, as providências adotadas, inclusive, quanto à apuração de responsabilidade. **6.3. Acompanhamento mensal do Controle de Pendências.** O Colegiado registra que foi elaborado o Controle de Pendências da Ata da 321ª Reunião Ordinária do Confis, de 19/4/2022, bem como foram efetuados os lançamentos dos atendimentos às solicitações do Conselho Fiscal nas Atas correspondentes. Encaminhe-se cópia desta Ata à Direx; ao Consad; ao Assessor Especial de Controle Interno do MAPA; à Controladoria-Geral da União (CGU); e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, **Edinete Xavier de Miranda**, Chefe da Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.



LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
Presidente



PAULO MOREIRA MARQUES
Conselheiro Titular



**JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO
MARINHO**
Conselheiro Titular



EDINETE XAVIER DE MIRANDA
Secretária